

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 519.037 - RS (2019/0189695-6)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**RICARDO MARQUES BORBA - RS017316**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : ANDERSON LUIZ CONCEICAO DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **ANDERSON LUIZ CONCEIÇÃO DOS SANTOS**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da 1ª da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Porto Alegre/RS deferiu o pedido de progressão ao regime semiaberto formulado pelo paciente, colocando-o em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico por ausência de vagas naquele regime (e-STJ, fls. 38-42).

Inconformado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, que lhe deu provimento (e-STJ, fls. 122-128).

Eis a ementa:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO POR AUSÊNCIA DE CASA PRISIONAL NA COMARCA PARA CUMPRIMENTO PENA EM REGIME SEMIABERTO. DESCABIMENTO NO CASO CONCRETO. Inexistência de direito subjetivo do apenado a escolher a casa prisional de sua preferência. Subordinação à conveniência da administração do sistema prisional. Entretanto, necessária a análise, caso a caso, acerca da possibilidade e conveniência do deferimento da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, resguardado os objetivos da pena e a segurança pública, uma vez que as hipóteses do artigo 117 da LEP não são exaustivas. In casu, o apenado foi beneficiado com a prisão domiciliar mediante monitoramento eletrônico, tão logo, progredir ao regime semiaberto. Medida excepcional a ser aplicada em casos de evidente necessidade, o que não se observa na hipótese em apreciação. Precedentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte. RECURSO PROVIDO." (e-STJ, fl. 122).

Neste *writ*, alega a impetrante, em síntese, constrangimento ilegal em desfavor do paciente pela cassação da decisão do Juízo singular, ante a ausência de motivação. Sustenta também violação da Súmula Vinculante n. 56, do STF (e-STJ, fls. 3-10).

Requer a concessão da ordem para que seja restabelecida a decisão do Juízo

# Superior Tribunal de Justiça

de primeira instância que concedeu a prisão domiciliar com monitoramento eletrônico (e-STJ, fl. 10).

A liminar foi indeferida (e-STJ, fl. 116).

Prestadas as informações (e-STJ, fls. 119-156 e fls. 167-169), manifestou-se o Ministério Público Federal pela não concessão da ordem de *habeas corpus* de ofício (e-STJ, fls. 171-178).

## **É o relatório.**

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu esta impetração, pois, nas informações prestadas pelo Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Criminais da Comarca de Porto Alegre/RS (Petição n. 00704779/2019 – e-STJ, fls. 167-169) foi noticiado que:

"[...]

Conforme expediente carcerário, o paciente cumpre pena de 29 anos e 07 meses e 15 dias de reclusão, com início de cumprimento da pena em 05/09/2019 e término previsto para 05/11/2042.

Na data de 08/03/2019, foi deferido ao apenado a progressão de regime ao semiaberto e, em razão da falta de vagas no regime intermediário, foi determinada sua inclusão no sistema de monitoramento eletrônico.

O Ministério Público interpôs Agravo em Execução contra a referida decisão.

**Contudo, no dia 30/04/2019, o apenado descumpriu as regras do regime de monitoramento eletrônico, passando à condição de foragido.**

**Na data de 07/05/2019, o reeducando foi capturado e encaminhado para a Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos, tendo sido revogado o monitoramento eletrônico em 20/05/2019 e determinada a remoção do apenado para estabelecimento penal compatível com o regime semiaberto.**

"[...]" (e-STJ, fl. 167).

Verifica-se, portanto, ante a nova realidade fática-processual, a perda de objeto desta impetração.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique o Ministério Público Federal desta decisão.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator